



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

Fazer o controle populacional de cães e gatos no município de Dois Vizinhos é necessário por várias razões. Primeiro, ajuda a reduzir o número de animais abandonados e em situação de rua, o que pode levar a problemas de saúde pública e segurança. Além disso, o controle populacional contribui para o bem-estar dos próprios animais, garantindo que eles tenham acesso a cuidados adequados e lares responsáveis. Animais soltos nas ruas ficam mais expostos a doenças, atropelamentos, maus-tratos e a reprodução descontrolada, o que pode levar a uma epidemia de doenças e pulgas, demandando assim por parte do município o controle ético e sustentável da população animal.

Outra razão é a proteção da fauna local, já que animais domésticos em excesso podem impactar negativamente a biodiversidade. Por fim, programas de controle populacional, como a castração, podem ajudar a educar a população sobre a responsabilidade de ter um animal de estimação, promovendo uma convivência mais harmoniosa entre humanos e animais.

Adquirir medicamentos e vacinas para o controle populacional de cães e gatos no município de Dois Vizinhos é fundamental. Primeiramente, a vacinação ajuda a prevenir doenças que podem afetar tanto os animais quanto



a saúde pública, reduzindo o risco de surtos e garantindo que os animais estejam saudáveis.

Além disso, a utilização de medicamentos, especialmente para a castração, é uma maneira eficaz de controlar a reprodução descontrolada desses animais, diminuindo o número de filhotes indesejados e, conseqüentemente, o abandono. Isso contribui para a redução da população de animais em situação de rua, melhorando a qualidade de vida deles e da comunidade.

Por fim, investir em medicamentos e vacinas demonstra um compromisso com o bem-estar animal e a responsabilidade social, promovendo uma convivência mais harmoniosa entre os habitantes e os animais da cidade.

Portanto, a aquisição de medicamentos e vacinas tem um papel essencial no desenvolvimento do município, mantendo o controle populacional de cães e gatos. Em conclusão, investir em ações de controle populacional reflete um compromisso com a responsabilidade social e o cuidado com os animais, criando um ambiente mais saudável e seguro para todos

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para o objeto em questão foi feita pesquisa de acordo com os parâmetros do Art. 23, II e IV, da Lei Federal n. 14.133/2021, isto é, contratações similares feitas pela Administração Pública e pesquisa direta com fornecedores.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;



Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Podendo assim o item contratado ser entregue de forma parcelada e conforme a necessidade.

Ainda, tendo em vista a natureza divisível do objeto em questão é possível destinar cota de até 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de acordo com o art. 48 da Lei 123/06.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Estimativa de quantidade dos produtos, em razão das compras efetuadas em anos anteriores, para um período de 12 meses de aproximadamente 3.835 unidades.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado para o objeto é de R\$ 67.262,95 (sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Análise de risco em anexo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de garantir o controle da população de cães e gatos no município, assim como preservar a saúde pública, o bem-estar animal e a consequente convivência harmoniosa entre seres humanos e os animais. Para isto, conclui-se que a disponibilidade de medicamentos e vacinas por parte da Secretaria solicitante é essencial para atender a demanda do município com animais domésticos e resgatados.

A castração é uma técnica que permite o controle populacional de cães e gatos, também ajuda a reduzir o número de filhotes indesejados, diminuindo a superpopulação de animais nas ruas e, consequentemente, o abandono.

Assim, a aquisição de vacinas faz-se necessária, pois protegem os animais contra doenças graves e potencialmente fatais, como raiva, parvovirose, cinomose e leptospirose. Além dessas, ajuda a prevenir a transmissão de doenças zoonóticas, que podem ser transmitidas de animais para humanos, como a raiva e a leptospirose. Isso contribui para a saúde da comunidade.

A implementação de programas de controle populacional pode otimizar o trabalho de veterinários, voluntários e funcionários de ONGs, permitindo que eles se concentrem em ações de educação e conscientização, além de cuidados com os animais já existentes.

Deste modo, devido à necessidade de castrações no Município, o controle populacional efetivo pode levar a uma população de animais mais equilibrada e saudável, reduzindo a necessidade de intervenções futuras e promovendo um ciclo sustentável de cuidado e responsabilidade.

Dessa maneira, torna-se necessária a aquisição de medicamentos e vacinas, com o objetivo de sua utilização nos procedimentos específicos à otimização de resultados. Ademais, investir no Controle populacional de cães e gatos no município, pode ajudar na saúde pública. Dessa forma, com menos



animais em situação de rua, a comunidade se torna mais segura e saudável, o que pode atrair mais visitantes e melhorar a qualidade de vida dos moradores, contribuindo para o desenvolvimento econômico das áreas urbanas e consequentemente do Município todo

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

O contratado deverá aqui atender a todas as especificações contidas na descrição detalhada do item solicitado em Edital;

Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto;

Entregar itens de qualidade e de acordo com a proposta apresentada;

Os itens deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, sem quantidades mínimas, após a emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF) devidamente encaminhada pelo Município de Dois Vizinhos através de endereço de correio eletrônico (e-mail).

Nas entregas deverão apresentar na nota fiscal dos medicamentos: nome do princípio ativo, lote e validade, caso não disponham, as mesmas deverão encaminhar uma carta de correção com a nota fiscal.

Os medicamentos deverão vir acondicionados em embalagens Íntegras dentro do prazo de validade estipulado.

Os medicamentos termolábeis e os demais deverão ser transportados conforme normas vigentes, mantendo controle de temperatura e umidade.

O armazenamento e transporte deverão ser feitos dentro do preconizado.

Os produtos deverão estar devidamente protegidos do pó e variação de temperatura, conforme resolução da Anvisa nº 329 de 22/07/99.



As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento dos produtos referentes à temperatura, umidade e empilhamento, etc.

As embalagens devem conter as respectivas bulas e demais códigos de defesa do consumidor, inclusive número de lote, data de fabricação e prazo de validade.

As embalagens primárias individuais dos produtos (ampolas, blisters, frascos), devem apresentar número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

Os produtos acondicionados em bisnagas devem apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para rompimento.

Os aplicadores que acompanham os cremes e pomadas devem estar protegidas por material adequado e convenientemente selado, quando for o caso.

Os produtos desta licitação deverão ser de primeira qualidade e em conformidade com as normas da ABNT e INMETRO em sua versão mais recente.

Os produtos deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, e demais órgãos, atentando-se o proponente, principalmente para prescrição do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Os produtos objeto deste certame deverão possuir validade igual ou superior a 12 (doze) meses, sendo que no ato da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante.

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, (sem ônus de entrega) no endereço da Secretaria, situado na Rua Salgado Filho, 161 - Centro Sul, Dois Vizinhos - PR.



As entregas deverão ocorrer no seguinte horário: horário de expediente, sendo em horário matutino (8h00min - 12h00min) e vespertino (13h00min - 17h00min) de segunda a sexta-feira, exceto feriados (sem ônus de entrega).

Licença Sanitária da empresa licitante, devidamente atualizada pelo órgão sanitário local (Vigilância Sanitária) competente, autorizando exercer atividades de comercialização e/ou fabricação de Produtos.

O objeto deverá ser de primeira qualidade, e estar em conformidade com as normas vigentes;

A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação;

A contratada deverá manter durante toda a execução, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

a) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe, contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado.

b) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação.

c) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).



A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas, de acordo com as demandas de castrações e de vacinações.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados,



igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexos causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Haverá parcelamento em itens, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item. A divisibilidade é pressuposto técnico do parcelamento, sendo o aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em itens, cuja economicidade é proporcionada pela redução de custos e despesas para a Administração contratante. Neste caso específico, o parcelamento por item, não afeta o objeto e aumenta a disputa.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL



(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, levando em consideração que o mesmo será destinado corretamente em ambiente específico, obedecendo suas tolerâncias e métodos de controle, observa-se que os impactos ambientais serão irrelevantes.

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;



Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Os itens a serem adquiridos serão utilizados pela Secretaria de desenvolvimento rural e são caracterizados como bens e serviços comuns, trazendo benefícios a toda a população do Município de Dois Vizinhos.

Os benefícios a serem alcançados com a contratação referem-se principalmente ao atendimento da demanda da Secretaria quanto ao controle populacional de cães e gatos, promovendo a saúde pública, o bem-estar animal e a convivência harmoniosa na comunidade.

Quanto à eficiência: assegurar a continuidade do Projeto de Controle Populacional de cães e gatos.

Com esta contratação, espera-se alcançar ainda os seguintes resultados:

- Redução de Custos com Saúde Pública;
- Diminuição do Número de Animais Abandonados;
- Uso Eficiente de Recursos Materiais;
- Impacto Positivo na Comunidade;
- Sustentabilidade a Longo Prazo.

A solução proposta tem como objetivo garantir o controle contínuo da população de cães e gatos, assim como a manutenção da saúde pública, através da vacinação, permitindo que, posteriormente, seja adquirido pelos



preços ofertados, quantas vezes for necessário. Isso evita que a administração pública precise realizar sucessivas licitações para contratar o mesmo produto ou serviço.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Conforme Art. 6º inciso XXIX: empreitada por parcelamento

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	José Carlos Ventura Junior
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução e Técnica:	Juliana Van Kranenburg Demeterko Ditzel
Suplentes: Recebimento/Execução e Técnica:	Fabiano Perreira Borges

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)



Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O objeto da contratação está previsto no conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

Id do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação
6515	405587	987541-276/2025
6505	448597	987541-276/2025

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- () Global
 () Lote(s) de Itens
 (X) Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- (X) Bens e serviços comuns
 () Bens e serviços especiais
 () Serviço comum de engenharia
 () Serviço especial de Engenharia



Medicamentos e vacinas são bens e serviços comuns porque: Têm uso social amplo e impacto coletivo, podem ser fornecidos tanto por entes públicos quanto privados e exigem regulação para garantir acesso equitativo.

(x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos

() Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

() Serviços não contínuos ou contratados por escopo

() Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Medicamentos e vacinas são serviços e fornecimentos contínuos porque sua produção, distribuição e uso ocorrem sem pausa, acompanhando as necessidades permanentes da saúde animal.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Fica dispensada a exigência de garantia contratual, conforme faculta o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do objeto e o interesse público na ampliação da competitividade e celeridade da contratação. Os medicamentos e vacinas são produtos perecíveis e de fornecimento contínuo. A maior parte das entregas ocorre em curto prazo, muitas vezes fracionada, o que reduz o risco de inadimplemento duradouro.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, conclui-se que os estudos preliminares evidenciaram que a presente contratação promoverá a saúde e o bem-estar dos animais, também beneficiam a comunidade como um todo, gerando um ambiente mais harmonioso e sustentável. Em razão do estudo realizado, esta contratação demonstra-se viável e imprescindível ao atendimento das demandas do órgão.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☐ Pregão, ☐ Tradicional ☐ SRP
☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
☐ Concurso
☐ Leilão
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

☒ Aberto

☐ Fechado

☐ Aberto e Fechado

☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

☒ SIM

☐ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

☐ Recursos Próprios

☐ Recursos Estaduais

☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 25 de junho de 2025

Jaqueline Possan

Médica Veterinária

Matricula Funcional 20059